

AS ASPIRAÇÕES

DE 4.800 EMPREGADOS

BANCÁRIOS

UMA ENTREVISTA COM O PRESIDENTE

DO RESPECTIVO SINDICATO NACIONAL *Diário Popular*

O Sindicato Nacional dos Empregados Bancários não é uma simples formalidade. É, pelo contrário, um organismo vivo, dinâmico, revolucionário, no bom sentido da palavra.

A classe não é, numericamente, muito vasta. Cerca de 4.800 são os sócios em todo o país, dos quais metade, pouco mais ou menos, pertencem a Lisboa.

A direcção do Sindicato trabalha. Henrique Pereira Ferraz, o presidente e Mário de Almeida Padrel Correia, o secretário, são dois homens de acção verdadeiros. Nem as desilusões os abatem, nem as dificuldades os enfraquecem. Trabalhadores, sabem que nada se consegue sem luta. Travam, pois, sem desfalecimentos, a sua luta em favor dos que neles confiaram a defesa dos seus direitos e aspirações. E os restantes membros da direcção do Sindicato, João Monteiro Pais, Henrique Franco Ferreira e António da Cruz Junior, tesoureiro e vogais, afinam pelo mesmo diapasão.

Aliás, diga-se em abono da verdade, os representantes patronais, directores do Grémio Nacional dos Bancos e Casas Bancárias vivem, com os representantes dos trabalhadores, na melhor harmonia. Prová-lo-ia, desde logo, o facto de ser precisamente na sede deste último organismo que Pereira Ferraz e Mário Padrel Correia nos confiam as suas aspirações e projectos.

Um dos grandes sonhos — em vias, aliás, de passar a um começo de realidade — é a fundação da Casa do Bancário.

— Queremos que os nossos camaradas tenham, no centro da cidade — diz-nos Pereira Ferraz — uma casa sua, acolhedora, confortável com suficientes factores de interesse para o atrair a uma convivência que, até no campo profissional, só pode ser-lhe vantajosa.

— Pode explicar mais pormenorizadamente a ideia?

O presidente do Sindicato acede imediatamente.

(Continua na 12.ª pág.)

EMPREGADOS BANCÁRIOS

(Continuação da 1.ª pág.)

— Pretendemos que haja uma cantina, uma «mess», uma biblioteca, salas de jogos e até, para os nossos camaradas da província que tenham de vir a Lisboa, um certo numero de aposentos baratos e confortáveis que lhes facilitem o caso.

Mário Padrel diz, também, da sua justiça:

— Pretendemos, além disso, ampliar os nossos serviços clínicos e apetrechá-los condignamente. Aliás seria vantajoso para todos centralizar os serviços de assistência médica que todos os Bancos mais ou menos possuem e, desse modo, poderiam tornar-se muito mais efectivos e uteis.

— Mas a realização de uma ideia dessas necessita capitais importantes.

— Sem duvida. Mas parece-nos que podemos contar com o apoio das entidades patronais e com a compreensão da classe.

Algumas reclamações

A conversa passa, depois, para o capítulo reclamações.

Os dirigentes sindicais dizem-nos que pensam na revisão do contrato colectivo de trabalho e elucidam-nos sobre os pontos mais importantes sob os quais pretendem que tal revisão incida, no sentido de conseguir, como é natural, uma certa melhoria das condições de vida e trabalho dos empregados bancários.

— Aumento de vencimentos?

— Sem duvida. Baseando-nos nos resultados das estatísticas oficiais sobre o aumento do custo da vida, pediremos aos representantes patronais que estudem, eles próprios, os novos vencimentos. Nós concordaremos depois, ou não, com o proposto. Outro ponto impor-

tante é o das férias do pessoal menor. Pediremos que sejam equiparadas, como é de justiça, ás do pessoal maior.

— Outra coisa que pediremos e consideramos imprescindível — diz-nos Mário Padrel — é que os regulamentos internos tenham de ser sancionados pelo Sub-Secretário de Estado das Corporações. Não faz sentido que os contratos colectivos possam ser modificados ou iludidos por disposições de regulamentos privativos, como agora sucede.

Pereira Ferraz elucida:

— Isto é precisamente assim. Vou dar-lhe dois exemplos. Há tempos, um empregado bancário foi despedido, apenas porque se tinha inscrito como dador de sangue. Isto é, evidentemente, idiota e injusto. Mas o regulamento interno do Banco em questão permitia-o. Outro exemplo: segundo outro desses regulamentos, nenhum empregado poderá ter qualquer negócio, por si, ou por entreposta pessoa. Isto é: se herdar um negócio qualquer, terá de o trespassar ao desbarato, pois nem sequer poderá fazê-lo administrar, pela mulher, ou por um filho, ou até por um estranho.

— Mais pontos importantes das suas reclamações?

— Queremos a unificação dos vencimentos na província e queremos que o regime de promoções seja modificado.

E, a terminar, uma afirmação de confiança:

— Temos a certeza de que se encontra hoje, no Sub-Secretário das Corporações, um homem capaz de nos compreender. Sempre que o procuramos, sentimos ser um amigo quem nos recebe. Confiamos nele, na sua inteligência e na sua justiça.

11/III/1945
GAZETA DO SUL

Empregados bancários

No vasto e magnífico salão da Associação de Socorros Mútuos dos Empregados no Comércio e Indústria, na Rua da Palma, Lisboa, houve, há dias, uma assembléa geral da classe bancária da capital. Sala a transbordar como poucas vezes tem sucedido, a sessão decorreu na maior ordem e com respeito mútuo, o que não é de admirar numa reunião de interesse colectivo dos funcionários da Banca, uma classe que, devido à sua categoria social, tem a obrigação de se mostrar correcta e educada em toda a parte.

Presidiu o Sr. Eurico F. Cabecinha, do Banco de Portugal. É um homem que foi escolhido a dedo para exercer estas funções, que tem desempenhado com apuro e sangue frio. É impressionante, por vezes, a sua calma no meio de naturais discussões acaloradas e é de louvar a sua completa isenção e absoluta imparcialidade. A sua direita sentava-se, calmamente, como quem tem a consciência tranqüila do dever cumprido, a Direcção do Sindicato dos Empregados Bancários do distrito de Lisboa, cinco homens que tem sabido honrar o mandato que lhes foi confiado, em boa hora, pelos representantes da classe dos funcionários bancários de Lisboa. Já os antigos diziam que «criticar é fácil, a arte é que é difícil». E já pela assaz longa experiência que tenho da vida, quere-me parecer que para bem se poder avaliar o mérito dos outros no desempenho de certas missões, nada melhor há do que desempenhar essas mesmas missões, para assim se conhecerem, pessoalmente e praticamente, os sacrificios, os trabalhos, as canseiras que o cabal cumprimento delas impõe a quem as leva a cabo, pelo menos na melhor das boas vontades de acertar e ser útil. É presidente deste Sindicato o Sr. Henrique P. Ferraz, do Banco Ponceca Santos & Viana. Homem franzino. Mas o valor dos homens não se mede aos palmos quer na altura quer na estatura ou largura de corpo. É preciso que se faça justiça a quem, embora rodeado e auxiliado por uma comissão, tem sabido defender e pugnar pelos interesses da classe bancária, não só de Lisboa, como mais lhe compete, como também, embora dispersamente, de todo o país. Devem-se ao seu

dinamismo, ao seu prestígio, à sua inteligência, à sua previsão e clarividência, à sua persistência,—embora no cumprimento de um mandato—quasi todas as regalias morais e materiais que ultimamente a classe bancária lisboeta e a do país também, tem usufruído. Foram aspirações legítimas e ordeiramente expostas ao Grémio Patronal Bancário as que foram concedidas? Acudiu-se, assim, a urgentes necessidades de uma numerosa e prestimosa classe pela boa vontade dos Patrões, sem a qual nada se poderia fazer ou conseguir neste sentido? Sem dúvida. Mas para isso, para que essas regalias ou melhorias viessem, foi preciso que alguém, tomando a peito o seu cargo para que fóra eleito, batesse constantemente à porta, solicitasse sem desalecimentos, pugnassem com demodo, junto das entidades dos Poderes público e Patronal, para que a sua voz—a voz bancária—se fizesse ouvir e as aspirações, conquanto muito legítimas, fôsse satisfeitas, na medida do possível, nos dados momentos deste tempo atribulado.

No pleno uso dos seus direitos, alguns funcionários bancários interpelaram o presidente do sindicato pedindo lhe certas explicações ou esclarecimentos. O Sr. Ferraz deu-as todas de uma maneira clara, sem sofismas nem evasivas e até logicamente e de modo a satisfazer as exigências. Tal era a sua fluência verbal na exposição das respostas, que por vezes parecia tratar-se de um assunto puramente literário e não de árduas contas esquivitas que costumam figurar nos relatórios—em todos os relatórios desta natureza. Foi eloquente na defesa, calorosa e brilhante da construção de uma «CASA DO BANCA'RIO», mostrando todas as suas altas vantagens, morais, sociais e até económicas, para a numerosa classe, embora, para isso, tenha de se gastar dinheiro, e não há-de ser pouco, para poder ser uma coisa digna, duradoura, e que se veja.

Já há mais de 60 contos postos de parte para esse fim. No entanto, a dificuldade está em saber-se donde há-de sair ou vir a verba necessária para tão grande, salutar e necessário empreendimento. Esta verba há-de ser ou terá de ser fornecida pela mesma fonte que fez erguer aquêle honroso prédio de glória do esforço, da boa vontade, do sacrificio e do espirito de solidariedade, de «A Voz do Operário», opulento e modelar edificio que honra sobremaneira a classe que o fez erigir pelo seu próprio esforço.

Acaso os empregados bancários serão mais pobres e menos briosos? Não. O que lhes falta é a união e a nítida compreensão de vantagens mútuas. E estas vantagens mútuas não se obtêm com comodismo e sem sacrificios. É um projecto grandioso na finalidade. Avante com ele, por nós e pelas gerações bancárias futuras, que hão-de bendizê-lo.

C. César Rodrigues

Do Banco Nacional Ultramarino—Lisboa.

POLÍTICA SOCIAL

QUATRO MIL

EMPREGADOS

BANCÁRIOS

**DAS ÁREAS SINDICAIS
DE LISBOA, PORTO, COIMBRA
BRAGA E VISEU**

**foram beneficiados pelo adi-
tamento ao contrato colectivo
ontem assinado**

Perante o sr. Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social realizou-se, ontem, a assinatura de um aditamento ao contrato colectivo de trabalho celebrado entre o Gremio Nacional dos Bancos e Casas Bancárias e os Sindicatos Nacionais dos Empregados Bancários dos Distritos de Lisboa, Porto, Coimbra, Braga e Viseu. As alterações agora aprovadas, que são consideradas em vigor a partir de 1 de Fevereiro findo, abrangem cerca de 4.000 daqueles profissionais.

Os vencimentos das várias classes nunca serão inferiores aos mínimos abaixo fixados, acrescidos de uma subvenção a pagar até ao dia em que na Europa cessarem as actuais hostilidades:

Pessoal maior — Classes: A — Lisboa, 3.350\$00; Porto, 3.050\$00; capitais de outros distritos, 2.300\$00, e outras localidades, 2.000\$00; B, respectivamente, 2.500\$00, 2.400\$00, 1.900\$00 e 1.700\$00; C, 2.000\$00, 1.900\$00, 1.600\$00 e 1.450\$00; D, 1.700\$00, 1.600\$00, 1.350\$00 e 1.300\$00; E, 1.450\$00, 1.400\$00, 1.200\$00 e 1.150\$00; F, 1.250\$00, 1.200\$00, 1.050\$00 e 1.000\$00; G, 3.º ano, 750\$00, 700\$00, 650\$00 e 650\$00 2.º ano, 700\$00, 650\$00, 600\$00, e 600\$00; e 1.º ano, 650\$00, 600\$00, 550\$00 e 550\$00; H, 500\$00, 500\$00, 450\$00 e 450\$00; e I, 400\$00, 400\$00, 350\$00 e 350\$00. Telefoni-
vistas, 700\$00.

Pessoal menor — Classes: J, Lisboa e Porto, 800\$00; e outras localidades, 700\$00; K e L, respectivamente, 700\$00 e

(Cont. na 4.ª pág., 5.ª col.)

Empregados bancarios

(Continuado da 1.ª página)

600\$00; e M, 300\$00 e 250\$00. O empregado que desempenhar as funções de chefe do pessoal menor receberá mais 100\$00.

Os aumentos resultantes da alteração ao contrato são: 250\$00 e nalguns casos de 350\$00 para o pessoal maior e de 150\$00 e 200\$00 para pessoal menor.

Todos os empregados dos estabelecimentos bancários têm direito anualmente a um período de férias com remuneração, o qual não será inferior a doze, quinze, dezassete, vinte e vinte e cinco dias conforme tiverem de um a cinco, cinco a dez, dez a quinze, quinze a vinte, ou pelo menos vinte anos completos de serviço.

Depois do sr. dr. Castro Fernandes ter sancionado o citado aditamento, o sr. Henrique Pereira Ferraz falou em nome dos sindicatos. Se é certo que justiça se não agradece — disse — era dever imperativo dos Sindicatos Bancários pôr em relêvo a prontidão e boa vontade com que os corpos gerentes do Gremio dos Bancos e Casas Bancárias — a direcção e o Conselho Geral — atenderam os justos pedidos por eles formulados. Era também de assinalar que, sendo notório o bom entendimento, espirito de compreensão e colaboração que desde longa data se estabeleceu entre o Gremio e os sindicatos, ou seja entre patrões e empregados, tal entendimento jamais foi tão perfeito como o revelado nesta emergência. Embora se reconheça que os aumentos conseguidos não são ainda a exacta compensação da perda de vencimento sofrida em consequência do agravamento do custo de vida, deve, porém, dizer-se que também mais se não pediu por se verificar não ser possível, no momento presente, obter-se maior aumento.

O sr. engenheiro Fernando Ulrich declarou que o Gremio tem procurado, dentro das possibilidades dos lucros dos Bancos e Casas Bancárias, melhorar a situação dos empregados, seus mais directos cooperadores. As negociações realizadas para a efectivação do contrato colectivo de trabalho e respectivo aditamento decorreram sempre num ambiente de boa compreensão demonstrada, em todos os seus actos, pelos dirigentes dos organismos representantes dos patrões e empregados. Sente-se por isso satisfeito. Terminou agradecendo ao sr. Subsecretario de Estado das Corporações a sua valiosa interferencia na aprovação do documento que acabava de ser assinado.

O sr. dr. Castro Fernandes manifestou a sua grande satisfação pelas declarações feitas pelos srs. engenheiro Fernando Ulrich e Pereira Ferraz. Elas, mais do que o aditamento ao contrato, têm para si um valor especial, pois significam que as regalias morais e materiais, até agora concedidas, resultaram de um excelente entendimento existente entre o Gremio e os sindicatos. Tal aproximação que se tem verificado em muitas outras actividades, serve para destruir a propaganda levada a efeito pelos que afirmavam que da organização corporativa nada havia a esperar nesse sentido.

O sr. Subsecretario de Estado das Corporações concluiu as suas considerações por agradecer a uns e a outros a boa vontade evidenciada na feitura do documento submetido á sua aprovação.

Assinaram o documento os srs. engenheiro Fernando Ennes Ulrich e drs. Manuel Queiroz Pereira e Fausto Amaral de Figueiredo, do Conselho Geral e da direcção do Gremio, e Henrique Pereira Ferraz, Mario de Almeida Padrel Correia, João Monteiro Pais, Henrique Ferreira e Antonio da Cruz Junior, do Sindicato de Lisboa; Antonio Seixas Soares Junior, do Porto; Antonio Dias Junior e Armenio Fortunato da Fonseca, de Coimbra, Albertino Miguel Antunes, de Braga, e Luiz Antunes Melo, de Viseu.

Sindicato Nacional dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa

BANCÁRIOS

Conforme foi tornado público, realiza-se no próximo sábado, dia 19, uma manifestação de aplausos e agradecimento ao Governo da Nação pela forma como conduziu a política externa do País durante êstes conturbados anos de guerra.

Sendo grande, enorme, a dívida de gratidão contraída por todos os portugueses — a tantos malefícios poupados — deve essa manifestação constituir a exteriorização de um verdadeiro civismo consciente, de um portuguesismo nunca desmentido.

Deve ser a demonstração do reconhecimento desta verdade: se Deus permitiu que Portugal fôsse poupado ao maior flagelo de guerra até hoje conhecido, isso deve-se, principalmente, ao esforço contínuo e ignorado à mão firme e prudente, à dedicação e à clarividência de Salazar.

Por isso, Bancário, praticando um acto de justiça, estarás presente.

E, contigo, a Mãe, a Mulher, a Filha, a Irmã, que irão mostrar a sua alegria, o seu contentamento por não terem perdido o Filho, o Marido, o Pai, ou o Irmão.

Por isso, Bancário, não faltarás!

Viva Portugal!

Lisboa, 16 de Maio de 1945.

A DIRECÇÃO

3.000 empregados bancários

gozam de reais vantagens

que nenhuma outra Situação lhes deu

Uma obra sindical que só testemunha a eficiência das leis corporativas portuguesas

Os inimigos do Estado Novo português, á falta de melhor arma, empregam a calúnia como propaganda, tentando, denegrir, destruir, uma organização que só benefícios, disciplina e ordem trouxe ao País — a organização corporativa. No campo patronal. No campo dos trabalhadores.

O «Diário da Manhã» começa hoje a publicação de um útil e oportuno inquérito nos sectores corporativistas. E iniciamo-lo, exactamente, pelas massas trabalhadoras, pelos Sindicatos Nacionais.

Terão ensejo de nele deporem todos os dirigentes sindicais que queiram colaborar connosco. Uma só coisa exigimos: verdade nas suas declarações. Que nos digam, para conhecimento geral, os benefícios que o corporativismo lhes trouxe. Que nos apontem, para que se lhes dê remédio eficaz, os pontos fracos e as lacunas dessa organização.

Ouçamos, agora a primeira direcção que consultámos:

Temos na nossa frente os srs. Henrique Pereira Ferraz, Mário de Almeida Padrei Correia, António da Cruz Junior e Henrique Franco Ferreira, que, com o sr. Joaquim

Monteiro Pais, formam a direcção do Sindicato Nacional dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa.

Trata-se do Sindicato n.º 1, por-

que foi o primeiro que se fundou (vem de 1933 e substituiu a antiga Associação Portuguesa dos Empregados Bancários). E' também dos mais populosos e dos que mais reais benefícios, através duma acção persistente, proficua e intelligente, concede aos seus sócios. A sua acção estende-se aos distritos de Beja, Castelo Branco, Evora, Faro, Leiria, Portalegre, Santarém e Setúbal.

A nossa entrevista é feita em comum com os quatro directores. Pretendemos saber — e essa foi a nossa primeira pergunta — se a Organização Corporativa trouxe,

(CONTINUA NA 2.ª PAGINA)

UM INQUERITO OPORTUNO

(CONTINUAÇÃO DA 1.ª PAGINA)

de facto, benefícios aos trabalhadores.

— Sem duvida nenhuma — respondem-nos. — A situação dos bancários, antes do Sindicato começar a dar frutos, os naturais frutos duma actividade metódica e tenaz, não era má, porque era péssima.

— Um exemplo...
A resposta vem de pronto e categórica:

— Um empregado com dois filhos, e havia tantos nessas condições, podia ganhar 350 escudos mensais. O facto é muito recente para que os nossos colegas o tenham esquecido já. Estávamos, então, á inteira mercê do que o patrão nos quisesse pagar pelo nosso trabalho, sem meios de defesa e sem esperanças de nos organizarmos devidamente.

— O Sindicato deu solução ao assunto?

— Porque havia uma descrença grande na nossa classe, que é numerosíssima, o numero de sócios ascendia apenas a 800. Mesmo assim, em 1938 era celebrado o nosso primeiro contrato colectivo, que entrou em vigor no ano seguinte.

— Algumas melhorias?

— Muito poucas. Esse contrato desagradou por não considerar, ainda, as condições mínimas que reputávamos essenciais. No entanto, era o começo, era o principio duma disciplina que se foi firmando e que só benefícios resultados tem trazido.

— Houve então melhoramento efectivo?

— Sim! Dois anos depois, isto é, em 1941, a modificação do primitivo contrato já dava maior satisfação ás aspirações da classe. Designadamente, claro, no que se refere a vencimentos, que é questão fundamental. Mas os aumentos substanciais só se verificaram, realmente, com as alterações de 1944.

PERCENTAGENS ELUCIDATIVAS

— Querem precisar numeros esclarecedores?

— Decerto — foi a resposta. — Não há nada melhor para ilustrar uma palestra do que a eloquencia dos numeros.

A profissão está dividida em classes.

Assim, a classe A, na qual cabem os empregados superiores teve de 1939 a 1945 um aumento de vencimentos numa media de 16,66. Deve acentuar-se que esta classe abrange os funcionarios que sempre foram os melhor pagos dentro das empresas. Depois, entre o mesmo periodo e por ordem descendente de classes, as médias de percentagem dos aumentos nos ordenados foram como seguem: Classe B, 32,5; Classe C, 43,33; Classe D, 54,16; Classe E, 68,42; Classe F, 86,66; Classe G, 50; Classe H, 44,44; Classe I, 57,40. Como se verifica, os aumentos foram maiores nas classes mais inferiores e que eram exactamente as que estavam mais mal pagas. Começava a fazer-se justiça.

Continuamos a interrogar:

— Em moeda corrente, qual é a diferença entre os vencimentos de 1939 e os de 1945?

Copiámos da lista que nos foi facultada:

— Empregados da classe A, pas-

saram de 3.000\$00 em 1939, para 3.500\$00 em 1945; da classe B, de 2.000\$00 a 2.650\$00 respectivamente; da classe C, de 1.500\$00 para 2.150\$00; da classe D, de 1.200\$00 para 1.850\$00, da classe E, 950\$00 para 1.600\$00, da classe F, de 750\$00 para 1.400\$00. As restantes classes G, H e I, que dizem respeito aos praticantes, passaram, respectivamente, de 600\$00 a 900\$00; de 450\$00 a 650\$00; e de 350\$00 a 550\$00. Devemos salientar que a promoção até á classe F é obrigatória e obedece a prazos de efectividade.

E os nossos entrevistados elucidam:

— Evidentemente que os ordenados fixados em 1939 eram inferiores á média dos realmente existentes. Pela ultima revisão uma grande percentagem de membros da classe beneficiou de melhoria de situação.

— Quere dizer: houve uma melhor divisão, mais proporcional, de vencimentos?

— Assim mesmo. Os continuos, por exemplo, que auferiam em 1939 500\$00 e 600\$00, têm agora 800\$00 e 900\$00. As ordenanças ou «grooms», que venciam 150\$00, ganham actualmente 300\$00. Mas, naturalmente, a pesar de mais equitativos, tais ordenados, de uma maneira geral, ainda não correspondem, por inteiro, ás necessidades da classe, ao nível de vida a que temos direito. O que alcançámos já foram vitórias importantes, sem duvida nenhuma e só á acção do Sindicato as devemos. E', porém, preciso fazermos mais e melhor.

95 POR CENTO DOS EMPREGADOS BANCARIOS SÃO SÓCIOS DO SINDICATO NACIONAL

— O vosso Sindicato tem contribuintes ou são todos sócios?

— Temos uma população associativa aproximadamente de 3.000 sócios, mas existem também contribuintes obrigatórios. Como é de justiça, de resto, pois não seria moral que uns tantos beneficiassem, sem cotização, dos benefícios que os que pagam as suas cotas sindicais usufruem. Aliás, 95 por cento dos componentes da nossa classe são associados.

— No que se refere a benefícios de outra ordem, o que tem conseguido o S. N. dos Empregados Bancários?

— Variados e importantes. Por exemplo no capítulo de férias remuneradas. Antes, as férias constituam simples mercê das empresas. Dessas, umas davam 12 dias, outras davam mais, chegando algumas a darem um mês. Regramentou-se, convenientemente, o assunto, de forma que temos agora uma uniformidade, em principio satisfatória, além do seu carácter de direito.

— Vejamos...

— Empregados com entre 1 e 5 anos de casa, têm direito a 12 dias de férias pagas; de 5 a 10 anos, 15 dias; de 10 a 15 anos, 17 dias; de 15 a 20 anos, 20 dias; e com mais de 20 anos de serviço na empresa, 25 dias de férias remuneradas. Isto, evidentemente, sem prejuizo de outras maiores já concedidas.

— Surgem na conversa, novas conquistas sindicais, mais numeros de sin-

— Uma regalia importante, inexistente antes do nosso Sindicato: se, por convocação extraordinária do Estado, qualquer empregado bancário for chamado ás fileiras, a empresa em que ele trabalha obriga-se, segundo o nosso contrato, a pagar-lhe a diferença entre o ordenado que ele ali ganha e o vencimento (pré ou soldo) que receberá do Estado. A familia do empregado fica assim á coberto de contingencias desagradáveis e o mobilizado cumprirá com mais satisfação o seu dever.

Aborda-se, seguidamente, um dos capitulos mais interessantes da acção sindical dos empregados bancários — o da Previdência.

Os dirigentes deste modelar organismo corporativo explicam-nos:

— Pelo contrato de 1944, conseguimos, sem quaisquer encargos para os beneficiários, o auxilio na invalidez, que é de 30 % do vencimento para o empregado com mais de 10 anos e menos de 20; de 40 % para os que têm entre 20 e 30 anos de serviço; e de 50 % para os que tenham mais de trinta anos de serviços, fixando-se os mínimos respectivamente em 500, 600 e 700\$00. Neste campo, não obstante o que já conseguimos, pretendemos mais alguma coisa, de forma a que o profissional fique inteiramente á coberto da miséria, com a necessária elevação das percentagens e dos mínimos.

— Em resumo, sabemos já do que se alcançou nos aspectos de actualização de vencimentos, de férias, de serviço militar obrigatório, e de previdencia. A obra do Sindicato estende-se a outros sectores da vida sindical?

— Primeiro, convém esclarecer um ponto: também temos um contrato colectivo com o Grémio Nacional das Casas de Cambio e um acordo colectivo com os Corretores de Fundos, que trouxeram alguns benefícios aos bancários empregados neste género de empresas, e que também muito desejamos melhorar. Em relação ao primeiro há até a circunstancia das casas de cambio darem aos seus empregados, por sugestão do respectivo Grémio um mês de gratificação para poderem gozar as férias. Afigura-se-nos de interesse tornar conhecido este gesto, que revela alta compreensão dos patrões, para os qua' o empregado é um colaborador indispensável do seu negócio. Infelizmente nem todos ainda o compreendem assim.

UMA NOTÁVEL OBRA DE ASSISTENCIA

— Em Assistência a nossa obra só nos pode orgulhar. Funciona nesta sede um bem apetrechado posto médico para sócios e familias. A consulta custa apenas 2\$00 e está á cargo de dois competentes médicos privativos. 3.000 consultas aqui foram feitas no ano transacto. Além disso, os nossos médicos fazem visitas domiciliárias, mediante uma senha de apenas 5\$00. Em 1944 foram feitas 500 dessas visitas clinicas. Além disso, a assistência médica do nosso Sindicato exerce-se também na Covilhã, Leiria, Evora, Faro, Moura, Castelo Branco, todas com bastante movimento e tendo cada o seu medico privativo.

A obra, por grandiosa, deixa-nos

maravilhado. E antevimos, por este sistema — se todos os Sindicatos Nacionais seguirem este sobre-exemplo de trabalho — não só facilitada, em grande parte, a assistência oficial, como também o desejável descongestionamento dos serviços hospitalares.

Mas o S. N. dos Empregados Bancários — casualmente o primeiro que visitámos para avaliar da sua obra — pelo numero de regalias que concede aos seus associados parece apostado em opor o mais formal desmentido a certas alminhas que condenam, por inutil, a organização corporativa.

Os seus directores prosseguem na enuneração da formidável obra social que ali vem sendo efectuada.

— Temos, de resto, contratos especiais e vantajosos com dentistas, radiologistas, laboratórios de análises clinicas e com outros especialistas, para utilização dos nossos sócios. Neste mesmo momento temos em funcionamento um completo serviço de vacinação gratuita contra a difteria, febre tifóide, varíola, tosse convulsa, que está dando os melhores resultados. Fornecemos, também, a crédito, e em condições vantajosas, os necessários produtos farmacêuticos para os associados, aos qua' damos effectivas facilidades de pagamento.

«Outras magnificas realidades levadas a efeito pelo nosso Sindicato Nacional — continua um dos nossos entrevistados — são a biblioteca, já com mais de 2.200 livros, facultados a domicilio mediante uma quota de 5 escudos anuais... abastecimento de géneros, por contrato com determinadã firma, aos sócios, sendo as requisições limitadas por verbas entre 250 e 500 escudos, conforme os ordenados e cobradas nos requisitados nos fins de mês; um pavilhão privativo na Crónia de Férias da F. N. A. T., na Costa da Caparica, com capacidade para 90 casais, dividido, por turnos de 10, tendo-se prioritariamente e sempre em atenção as mais necessidades e os da Província, especialmente os das terras onde não se vê o mar... uma bem apetrechada carreira de tiro reduzido (10 metros) funcionando na própria sede, o que permite aos «bancários» irem á cabeça nos campeonatos da F. N. A. T... e outros de somenos importancia mas que seria longo enumerar.

Trata-se, pelo exposto, de uma obra sindical de ampla importancia e de larga projecção na própria vida dos seus associados. Estes, porém, têm a consciencia do que devem ao seu Sindicato Nacional e, por isso mesmo, constituem bloco poderoso e firme em roda dos seus dirigentes. Eles sabem que sem o Sindicato Nacional nenhuma dessas regalias seria possível.

No entanto, a actual direcção, constituída por gente de iniciativa que sabe o que quer e o que pode alcançar dentro da organica corporativa, esforça-se na solução de outros problemas sindicais, contando, para o efeito, com a sua força, com o espirito de compreensão das empresas patronais e com as vantagens do Estado Corporativo.

ASPIRAÇÕES DA CLASSE

Algumas dessas aspirações nos foram expostas e podem resumir-se assim:

1.ª — Melhoria dos contratos firmados com os Grémios, designadamente a elevação do nível de vida do bancário. Tudo quanto nesta rubrica se fez apenas atendeu, em parte, ao progressivo aumento do custo de vida. E', pela de toda a justiça, a revisão dos contratos existentes.

2.ª — Solução do problema da Previdência dentro do sistema contratual, ou seja amplo melhoramento do que se refere a doença e a invalidez, e estabelecimento da reforma, em condições justas e humanas e, dentro deste espirito, a generalização a todas as empresas da concessão da gratificação de um mês de ordenado para que os «bancários» tenham a possibilidade, agora nem sempre viável, de gozarem devidamente as férias de forma a que a sua saúde aproveite.

3.ª — A criação da «Casa do Bancário», por comparticipação do Estado, das empresas e do Sindicato Nacional, para o que este já está criando o respectivo fundo — a primeira pedra para que o grandioso edificio seja como que o lado do bancário.

4.ª — Simplificação da organica burocrática corporativa, concedendo uma maior autonomia e apoio á iniciativa sindical, obrigando-a, muito embora, a uma maior responsabilidade, o que presentemente, os Sindicatos Nacionais vêm-se tolhidos por pelas burocráticas, sem qualquer eficiência aliás, nas iniciativas que tomam anulando, algumas vezes.

Por ultimo, um dos directores presentes, com o consenso dos restantes, afirmou-nos:

— E temos a ultima e talvez a mais importante de todas as nossas aspirações. Estamos certos que nisso somos acompanhados por todos os restantes Sindicatos: Nós, como todos os trabalhadores, queremos estar representados activamente na Política do País, por meio de representação dos sectores do trabalho na Assembleia Nacional. A recente eleição aumentada de 30 lugares á Camara dos Deputados, uma boa medida politica, afigura-se-nos, seria a de conceder 25 desses novos lugares aos representantes dos trabalhadores organizados corporativamente. Teriamos, assim, os trabalhadores de Lisboa representados por três deputados. Dois representariam o Porto, e caberia um a cada um dos demais circuitos. O trabalhador integrado no quadro das corporações daria uma directa e cremos que util colaboração na Política Nacional.

— E então — finalizaram — não tenhamos medo que o Poder seja assaltado pelos inimigos da Ordem.

Com segurança, uma ultima afirmação, mas esta é ordem politica:

— Se isto se fizer julgamos poder garantir-lhe que pelo menos 90 % dos nossos sócios estarão integrados dentro do espirito do Estado Corporativo e dar-lhe-ão conscientemente o seu apoio.

A «CASA DO BANCÁRIO»

VAI PROMOVER UMA OBRA
de grandes realizações morais
e profissionais da classe

—declara-nos o Presidente do respectivo Sindicato

A ultima revisão do contrato colectivo de trabalho dos bancários do distrito de Lisboa permitiu ao respectivo sindicato dar realização á «Casa do Bancário», velha ideia da classe a que o nosso jornal, em tempos, desenvolveadamente se referiu. Pelas novas disposições daquele contrato, os vencimentos tiveram sensível aumento e os sócios podem, por isso, assumir responsabilidades para novos encargos financeiros. Por esse motivo, a recente assembleia do Sindicato alterou o artigo 18.º dos Estatutos, elevando ao dobro a cota sindical.

O presidente e o secretário daquele organismo, Pereira Ferraz e Mário de Almeida Padrel Correia, animadores do empreendimento, falaram-nos hoje sobre os objectivos desta obra social, que é, na verdade, de grande importancia, marcando o início de uma nova fase de realizações.

— Como sabe — disseram-nos — o nosso contrato colectivo de trabalho foi recentemente revisto. As melhorias de ordem económica conseguidas autorizavam-nos a caminhar para mais largas realiza-

ções. Desde que o empregado bancário tenha melhor vencimento era de justiça, também, que ele assu-

(Continua na 4.ª pág.)

18/IV/1941
DIÁRIO
POPULAR

DIÁRIO POPULAR

A CASA DO BANCÁRIO

(Continuação da 1.ª pág.)

misse outras responsabilidades financeiras para com o Sindicato. Todos o compreenderam assim e por unanimidade a assembleia votou com aplauso as alterações propostas aos Estatutos.

— E constaram elas de...

— O enunciado na ordem dos trabalhos pouco diz: alteração ao artigo 18.º. Esclareçamos, porém, que se elevou para o dobro, de meio para um por cento sobre os vencimentos, a cota sindical. Quer dizer: quem pagava quinze escudos, paga, agora, trinta. Por mercê das novas receitas que esse aumento trás, suprimimos a cota anual de cinco escudos, estabelecida no referido artigo dos Estatutos.

Sobre a razão fundamental desta medida:

— A elevação da cota permitir-nos-á elaborar o plano financeiro da «Casa do Bancário» e dar-lhe execução.

— E os vossos recursos serão suficientes para esses encargos?

— Sim. A «Casa do Bancário» viverá dos recursos próprios do Sindicato. De entrada, os estabelecimentos bancários emprestarão os capitais necessários. A propósito quero deixar aqui registado o nosso reconhecimento pela forma espontanea e compreensível como fomos atendidos pelas entidades bancárias a quem nos dirigimos. O facto é para salientar se nos recordamos que, ainda recentemente, com a revisão do contrato, as mesmas entidades foram sobrecarregadas com novos encargos.

— Não contam com outros auxílios?

— Temos a promessa de auxílio do Sub-Secretário de Estado das Corporações, para a montagem da sala das refeições, que vamos instalar na «Casa do Bancário» e vamos solicitar do Governo a participação do Estado para as obras de adaptação do edificio que adquirimos para aquela casa.

Acrescenta:

— A «Casa do Bancário» é a sede sindical própria dos bancários do distrito de Lisboa e para a instalar convenientemente comprámos um prédio na rua Alves Correia por 2.200 contos. A «Casa do Bancário» vai procurar desenvolver os serviços que são o objecto social do Sindicato, particularmente a missão cultural, a assistência clínica e o aperfeiçoamento profissional.

Exemplificando:

— Os nossos serviços clínicos, cuja acção é já importantíssima, serão alargados e modernizados, quanto possível. Um alto sentido — prevenir para não ter que remediar — animará os nossos propósitos. Desenvolveremos a nossa biblioteca; instalaremos a sala das refeições, para almoços e jantares; a Pousada, para os nossos camaradas da Província que acidentalmente estejam na capital; e a Escola Profissional, para aperfeiçoamento e especialização dos empregados bancários.

«A Escola Profissional — conclui Pereira Ferraz — terá na «Casa do Bancário» o melhor estêo. O empregado bancário precisa, para viver, que os seus honorários sejam melhorados, mas não esquece que só com uma maior capacidade profissional poderá atingir uma posição social mais elevada.

A DELEGACÃO PORTUGUESA

13/VI/1947

À 30.ª SESSÃO, QUE SE REALIZA DE 19 DO CORRENTE A 10 DE JULHO

PARTE HOJE PARA GENEVRA



tónio Calheiros Lopes, presidente do Grémio dos Industriais de Arroz e director da Associação Industrial Portuguesa, delegado patronal, comandante Alvaro de Freitas Morna, antigo governador geral de Angola e administrador da Companhia dos Diamantes de Angola, conselheiro técnico; e Henrique Pereira Ferraz, presidente do Sindicato Nacional dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa e vereador da Camara Municipal, delegado dos trabalhadores. O primeiro assumirá a presidencia da delegação.

O sr. dr. Mota Veiga tomou parte, como delegado governamental, na 28.ª Conferencia realizada em Seaille, nos Estados Unidos, em Junho de 1946; o sr. engenheiro Calheiros Lopes é membro do conselho de administração da Repartição Internacional do Trabalho e esteve presente, como representante patronal, na 27.ª sessão efectuada em Paris em 1945; e o sr. Pereira Ferraz representou também os trabalhadores portugueses nesta ultima reunião.

O delegado patronal foi mais uma vez designado pelos gremios do Comercio e Industria do Pais, consultados para esse eleito pelo I. N. T. P.; os sindicatos nacionais, igualmente consultados, mantiveram a indicação do seu representante à anterior sessão; e as empresas colonias convocadas para esse fim pelo Ministério das Colónias, reelegeram o sr. comandante Morna.

Entre as questões inscritas no programa dos trabalhos da Conferencia figuram os seguintes: normas mínimas de politica social em territorios não metropolitanos, organização da inspecção de trabalho nas empresas industriais e comerciais; organização do serviço de emprego, aplicação das convenções internacionais e questões financeiras e orçamentais.

A delegação parte hoje para Genebra, ao fim da tarde, no Lusitania-Expresso.



A delegação portuguesa: prof. dr. Marcelo Caetano; dr. Mota Veiga e eng. Calheiros Lopes; com. Freitas Morna e Pereira Ferraz

De 19 do corrente a 10 de Julho realiza-se em Genebra a 30.ª sessão da Conferencia Internacional do Trabalho. A delegação portuguesa a essa importante reunião ficou constituída pelos srs. prof. dr. Marcelo Caetano, antigo Ministro das Colónias, e dr. António Jorge da Mota Veiga, director geral do Instituto Nacional do Trabalho e Previdencia, como delegados governamentais; engenheiro An-

A Casa do Bancário

7/III/1949
magnífica obra do Sindicato Nacional dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa

será inaugurada no próximo ano

— informa-nos o presidente da direcção, Henrique Pereira Ferraz

Um Sindicato Nacional desmente, de forma categórica, a afirmação, aliás gratuita, de que a organização corporativa não dá o rendimento necessário, fracassando nos fins que a enformam: o dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa, cuja área de jurisdição abrange toda a parte central e sul do Continente e, ainda, os quatro distritos das Ilhas Adjacentes.

Paradigma do que se pode conseguir a favor de uma classe desde que a sua frente estejam dirigentes capazes e dinâmicos — o S. N. dos Empregados Bancários, porque ocupa nitido lugar de vanguarda, pode e deve servir de exemplo, ou de estímulo, a alguns outros organismos de trabalhadores, cuja vida vegetativa dá ensejo a críticas mais ou menos justas dos seus associados.

Agora mais estão os empregados bancários, por intermédio do seu Sindicato Nacional, empenhados numa das suas mais úteis e espectaculosas iniciativas, a que será difícil negar-se altíssima importância: a construção da nova sede sindical, em edifício próprio e vasto, num ponto central e por consequência acessível.

Sobre o que vai ser a Casa do Bancário ouvimos o presidente do respectivo Sindicato Nacional, Henrique Pereira Ferraz.

Para quem o não conheça — que não para o meio bancário, onde a sua firma é letra de alto valor — diremos que Henrique Pereira Ferraz, espírito arguto e sólida inteligência, vontade firme que não sabe recuar, a par de activa e metódica capacidade de realização, é o mais antigo dirigente sindical em exercício, muito embora a sua idade raze apenas pelos quarenta anos. Foi o organizador da Caixa de Abono de Família da classe e ocupa desde 1939 o cargo de presidente do seu Sindicato. Nesta qualidade

teve assento na Camara Corporativa e pertence á actual vereação da Camara Municipal de Lisboa. E, como membro das delegações portuguesas, teve interferencia nos trabalhos das Conferencias Internacionais do Trabalho de Montreal, Genebra e S. Francisco da California.

E, por conseguinte, alguém no mundo sindical português e uma verdadeira autoridade no que se refere aos problemas da sua classe — e são nada menos 3.529 os bancários que estão filiados no Sindicato.

UM SONHO QUE SE TRANSFORMA EM REALIDADE

Acerca da Casa do Bancário, o nosso entrevistado informa-nos: — Trata-se de um sonho antigo agora a corporizar-se numa bela realidade.

E esmiuça: — Apesar dos reais benefícios

(CONTINUA NA 2.ª PAGINA)

(CONTINUAÇÃO DA 1.ª PAGINA)

já alcançados a favor da minha classe, lutamos sempre para irmos mais além. A nossa sede actual, acanhada, velha e sem condições, é insuficiente para o desenvolvimento dos nossos serviços. O sonho, como lhe disse, era antigo e a visão do que será a Casa do Bancário como eu a imaginava, não me abandonava o cérebro. Houve, pois, que meter mãos á obra e levá-la a efeito, vencendo, embora, as inúmeras e grandes dificuldades que nos surgiram a pretender entravá-la.

— Pode referir-nos alguns números elucidativos?

— Sem duvida. Comprámos por 2.200 contos o prédio que durante muitos anos foi pertença e habitação da familia Perestrelo, a dois passos da Baixa, como sabe. Para efectuarmos essa compra, é justo salientá-lo, tivemos o valioso auxilio das empresas patronais e da Caixa Geral de Depósitos, entidades que nos facultaram, por empréstimo, a soma necessária. Feito isso, pensámos nas indispensáveis obras de adaptação. Essas obras, já em franco curso, estão orçamentadas em 1.178.800\$00. Contamos inaugurar a Casa do Bancário possivelmente no principio do próximo ano.

— O Estado concedeu-vos algum auxilio?

— Certamente e, por isso, estamos vivamente gratos ao Ministério das Obras Publicas pela sua participação de 258 contos. Contudo, a importância social do empreendimento é de tal modo vultosa, que temos esperança de que novo e mais substancial subsidio nos virá para a boa conclusão da iniciativa tão precisa quanto dispendiosa. Confiamos no Governo e na sua boa vontade.

O QUE SERÁ A CASA DO BANCÁRIO

Acompanhámos o nosso entrevistado numa visita ás obras.

Houve que demolir tudo, com excepção das paredes mestras, e construir de novo, com mais segurança, erguendo as divisórias de acordo com o traçado. O edificio tem uma área de 500 metros quadrados, incluindo um quintal que será devidamente tratado e alindado para logradouro nos dias quentes de Verão — e ficará com quatro pisos servidos por elevador.

No primeiro piso, isto é no andar térreo, além do hall de entrada, haverá um refeitório com capacidade para 400 pessoas, em cada turma, bar, cozinha e dependencias sanitárias. O Sindicato propõe-se fornecer aos seus associados refeições a preços económicos.

No andar nobre — o «andar-clube» por excelência — ficará o salão de festas, recepções, conferencias, mas comumente servirá de sala de bilhares. Noutras dependencias instalam-se salas de jogos diversos e a biblioteca, que, diga-se de passagem, já hoje dispõe de cinco mil volumes escolhidos, de que é principal fornecedora a Livraria Clássica Editora.

O segundo andar é destinado aos serviços administrativos, com a respectiva Sala do Conselho, gabinete de barbearia e — outra iniciativa de grande alcance, a que indubitavelmente as entidades patronais darão o melhor apoio — uma ampla sala para instituição de cursos de valorização profissional; de aperfeiçoamento e de especialização.

Finalmente, no terceiro andar ficam montados os Serviços Clínicos — antes a Policlínica Sindical — convenientemente desenvolvidos e apetrechados com a moderna aparelhagem requerida pela hodierna ciencia de curar para a sua função eficiente, e ainda, o balneário e a pousada, esta ultima para receber os bancários que de qualquer ponto do

país tenha, que deslocar-se a Lisboa com qualquer fim.

— Trata-se, na verdade, de um lar — observámos surpresos pela grandeza da iniciativa.

— Assim o entendemos também na minha classe, que lhe chama já a Casa do Bancário, a sua casa — responde-nos Pereira Ferraz, com uma pontinha de justificado orgulho.

UMA ASPIRAÇÃO TALVEZ «REVOLUCIONARIA», MAS JUSTA E HUMANA

— Quer citar-nos mais algumas regalias obtidas pelo seu Sindicato?

A resposta vem pronta e concudente:

— A primeira, a mais convincente, sem duvida, foi a assinatura do Contrato Colectivo de Trabalho, que desde a sua celebração há anos já recebeu, por sete vezes, modificações, mais ou menos profundas, as quais, independentemente da actualização constante de vencimentos, nos trouxe novas vantagens de ordem económica, como por exemplo a fixação de subsidio para férias, variável segundo as classes do bancário, o alargamento do período de férias e do almoço. Este ultimo, passou para duas horas. Outra regalia de que o bancário goza são as férias que lhes proporcionamos na Colónia da F. N. A. T. da Caparica, num pavilhão privado que ali temos e que construímos mercê dos donativos das empresas patronais.

— Estão, então, satisfeitos com os resultados conseguidos?

— A minha resposta é um não consciente. Esperamos alcançar mais e melhor e com esse objectivo trabalhamos. Para o efeito continuamos contando com a boa vontade e espirito de compreensão, que, diga-se de passagem, os patrões sempre têm manifestado pela resolução dos nossos problemas, um entendimento sincero e leal que só honra ambas as partes cooperadoras de um todo.

Henrique Ferraz medita uns

segundos e logo volve com esta declaração sensacional, que alguns, com menor sentido das realidades da presente vida social, podem porventura achar revolucionária, mas que, efectivamente, tem um sério sentido politico a orientá-la:

— E' inegável que o contrato colectivo de trabalho no ramo bancário tem evoluído de maneira favorável á minha classe. No entanto, ainda estamos longe da meta final. Quanto a mim, o melhor caminho, a verdadeira harmonia entre o capital e o trabalho, e irrefutavelmente, o meio mais eficaz contra as doutrinas subversivas sopradas do Oriente, só serão conseguidos desde que os empregados tenham participação nos lucros, das empresas que servem. De resto, aparte o espirito humano, superiormente cristão, que tal medida revela, está exuberantemente comprovada a sua alta eficiencia do rendimento dos negócios das grandes firmas estrangeiras, onde o sistema já vigora com os mais lisonjeiros resultados. São numerosas as firmas que usam esse desejável sistema na Suécia, na Norte-América, na Grã-Bretanha...

— Será difícil adoptarmos tal processo entre nós, devido á não preparação do nosso meio!... — objectamos.

— E' uma questão de organização, apenas — esteo disso convencido — redarguiu o nosso entrevistado. — Mas, se tanto fosse necessário, entraríamos num trabalho de revisão da mentalidade capitalista, reajustando-a ao principio que defendemos.

NECESSIDADE DE VALORIZAÇÃO DO DIRIGENTE SINDICAL

A entrevista envereda depois por outros campos de acção sindical.

— Dentro da actual organica que o Corporativismo nos oferece, é inegável que organismos de trabalhadores podem exercer larga e proficua acção. Isso, porém, não quer dizer que essa organica não possa ou deva ser aperfeiçoada mais ainda, acertando-se certos pormenores.

— Por exemplo...

— No capitulo Previdencia, é minha convicção de que se pode avançar mais. Sacrifique-se uma parcela da reforma a favor de uma maior segurança economica na doença, na invalidez e, sobretudo, na sobrevivencia para viúvas e orfãos.

E concretizando:

— Depois dos 70 anos, o trabalhador, na generalidade, pouco mais pode viver. E em troca de um problemático beneficio de que disfruta poucos anos, vive a angustia de saber que os seus filhos vão ao abandono quando ele deixar de existir. Além de que entendendo que deve ser diminuido o limite da idade para a reforma, o que não impedirá o trabalhador ainda capaz nessa altura, de continuar a oferecer os seus préstimos ao patrão.

A terminar, o nosso entrevistado — que tem como pares na direcção do S. N. dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa os Srs. Mário de Almeida Padrel Correia, João Monteiro Pais, Henrique Franco Ferreira e Antonio da Cruz Junior — diz-nos ainda:

— Demais, há um instante problema a que é preciso dar-se justa solução, para que a organização corporativa caminhe com mais segurança e dê um maior rendimento: a legislação corporativa em vigor, não concede, na parte que se refere aos trabalhadores, a necessária valorização ao dirigente sindical. Não há nenhum dirigente que se possa dedicar eficientemente á missão que recebeu dos seus camaradas de classe, desde que, devido á sua vida profissional, não pode dar aos negócios do seu Sindicato Nacional aquela assistência permanente e efectiva que a direcção consciente de uma classe exige. Sou de opinião que um qualquer dos cargos da direcção deve ser remunerado. Só dessa maneira se pode querer a um director toda a sua atenção e actividade a favor da classe. Não falo por mim, pois usufrui uma situação particular que devo unicamente á direcção do Banco, onde sou empregado; falo, antes, em nome de tantos e tantos dirigentes que a braços com a sua vida profissional, não podem, por muito boa vontade que tenham, dedicar á vida sindical todo o tempo de que esta carece. E, isso se de facto se pretende construir uma obra sólida.

SEMANA? LEIA O N.º 17 DA REVISTA MUNDO

**BASTIDORES
DE BALLET
EM PARIS.**



el Kim Novak revela-se
linaria atriz no filme «Um
e tanto exito está obtendo
mas São Luis e Alvalade
de ver Kim Novak, ao lado
pder, na apaixonante fi-
mulher com rosto de
ção de demónio».

**Manana triunfal
Cantinfilas**

**EM
ERO, DE RAQUEL**

do Cantinfilas fillam-se
do burlesca que os torna
çados, pelo seu ingenho
do humor mexicano. Não
portanto, que o publico
tações no Politeama, para
com ele, em «O Bolero de
decorrer de um imbróglio
gibaldade dos seus pro-
nhecios, o imprevisto e o

**CARTA DE
HOLLYWOOD**

pela nossa correspondente
das telefonicas em Oliveira do Hos-
pital, a Administração-Geral dos
C. T. T. declara que, nos meses de
Verão, se verifica ali uma grande
aglomeração de serviço para cujo rá-
pido escoamento são insuficientes os
circuitos que existem.

Os C. T. T. esperam que, na oportu-
nidade devida, seja possível refor-
çar o feixe que serve Oliveira do
Hospital e melhorar o serviço.

Ainda a propósito do pedido para
que o horário do serviço telefonico
em Gols seja prolongado até às 20
horas, informamos que não é pos-
sível, de momento, satisfazer o soli-
citado por falta de circuitos.

**TRÊS MILHÕES
DE PESETAS
apreendidos**

a uma portuguesa

LA LINEA, 6 — Foram presos qua-
tro portugueses — Severino Figuei-
redo, Pedro Durão, Maria Valente e
Maria Matilde — sob a acusação de
contrabando de moeda. Os agentes
aduanheiros suspeitaram do grupo
quando notaram que Maria Valente
usava vestuário exageradamente fol-
gado. Verificaram então que esta
transportava três milhões de pese-
tas, em notas. — (AMT)

**EVOCAÇÃO DE
REINA DO
FERREIRA**

(Reportagem)

ca, às 10 horas, na rua das Portas
de Santo António, 120.

**A I EXPOSIÇÃO
de Arte Fotográfica**

na Federação Portuguesa de Colecti-
vidades de Cultura e Recreio

A Federação Portuguesa das Colecti-
vidades de Cultura e Recreio, inte-
grada nos objectivos que superior-
mente orientam a organização, resol-
veu promover, pela primeira vez, uma
exposição de arte fotográfica entre as
colectividades suas federadas, no sen-
tido de estimular o gosto e despertar
o interesse dos respectivos associados
por iniciativas do genero. Coube ao
seu peouro cultural, de que a dele-
gado da direcção o sr. Artur Maria,
pôr em pratica a ideia, e a referida
Instituição começaram a afilur vallo-
sos trabalhos de fotografia com moti-
vos de Lisboa, architectonicos, paisa-
gisticos e de livre escolha do amador,
sobre os quaes recalaram premios e
menções honrosas. Depois de aturado
trabalho de selecção, organizou-se a
exposição, que hoje será inaugurada
às 21.30, na sede da Federação, rua da
Palma, 256-A, 1.º, pelas entidades ofi-
ciais e convidados. Ontem realizat-se
all uma visita dos representantes da
Imprensa, que puderam observar, para
além da importancia cultural que a

**VAI SER
LANÇADO**

O SATELITE

com a camioneta e 500 escudos de
imposto de justiça.

Atropelamento mortal

MANGUALDE — Na povoação da
Freixoza, deste concelho, a camioneta
conduzida pelo motorista Horácio De-
lím Pereira atropelou Alberto António
da Costa, casado, de 32 anos, que gu-
a, na varias juntas de bois compradas
na feira de Fornos de Algodres. A cam-
ioneta, depois de ter apanhado um
boi, que ficou inutilizado, atropelou
o Alberto Costa. Conduzido á Casa de
Saude desta vila, chegou ali morto.

A Policia de Viçãõ prendeu o mo-
torista.

Aquário Vasco da Gama

Por motivo de não estar comple-
tada a instalação electrica dos aquá-
rios, o Aquário Vasco da Gama pas-
sa a fechar ás 17 horas.

**RECOLHA E COMÉRCIO
DE LEITE**

no concelho de Arouca

O «Diário do Governo» inseriu um
despacho do sr. subsecretário de Es-
tado da Agricultura, determinando
que o sistema de recolha e comércio
de leite destinado ao consumo publico
e á industria, estabelecido no De-
creto n.º 39.178, de 20 de Abril de
1956, se aplique desde ja á area do
concelho de Arouca.

**SALAZAR
FALOU
AO PAIS!**

sidente da Camara Municipal do con-
celho de Gavião.

**O IMPERADOR
DA ETIÓPIA**

**DECLAROU QUE GOSTARIA
DE VISITAR PORTUGAL**

NAIROBI, 6 — Na sua passagem
por Adis-Abeba, o agente-geral do
Ultramar, dr. Banha da Silva, e o
chefe da Secção de Turismo da
Agencia-Geral, sr. Rodrigues Matias,
foram recebidos pelo impera-
dor da Etiópia.

Durante a audiencia, Hallé Selas-
sié manifestou grande desejo de que
Portugal volte a colaborar activa-
mente, como no passado, com o im-
perio etiope. Não é segredo para
ninguem, disse, que foi Portugal
quem possibilitou á Etiópia a sua
independencia, o que, para um so-
berano deste pais, será sempre mo-
tivo de simpatia e reconhecimento.

A despedida, o monarca acen-
tou que gostaria muito de visitar
Portugal.

Os srs. dr. Banha da Silva e Ro-
drigues Matias, que se encontram
presentemente em Nairobi, ficaram
vivamente impressionados com a